

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Brasil sem Miséria quer ajuda de Estados para cadastrar famílias no programa

24/07/2011

O governo quer identificar a localização de 800 mil famílias com direito ao pagamento entre R\$ 32 e R\$ 242 por mês do Bolsa Família, mas ainda sem cadastrado. Para isso, a presidenta Dilma Rousseff pretende fechar uma parceria com os governos estaduais para receber ajuda no trabalho de credenciamento dessas famílias. O pacto será tema da reunião de hoje em Arapiraca (AL) com os governadores do Nordeste.

O cadastramento das famílias é uma responsabilidade das prefeituras. O governo identificou 183 dos municípios com "vagas" no programa. Eles têm o número de beneficiários do Bolsa Família inferior à estimativa oficial mais recente de pobres em escala municipal, lançada pelo IBGE em 2006, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O problema é mais grave no município de São Paulo, onde quase 40% dos potenciais beneficiários não recebem os pagamentos do programa. Na capital, o Ministério do Desenvolvimento Social espera localizar 125 mil das 800 mil famílias "invisíveis".

A meta do governo é alcançar todas as famílias com renda abaixo de R\$ 140 por pessoa até 2013. Até o final do ano, o programa ganhará mais 320 mil famílias. Os números de pobres e as metas poderão ser revistas a partir de dados do Censo de 2010.

"O Estado está atrás dessas famílias, temos déficits de cobertura em vários municípios, como São Paulo e a sua região metropolitana", disse Ana Fonseca, secretária extraordinária para superação da extrema pobreza. Segundo ela, o programa de transferência de renda poderá alcançar 13,7 milhões de famílias até 2013.

Como revelou reportagem do Estado mês passado, o governo espera recorrer a técnicos que operam na área rural e a agentes comunitários de saúde na busca dos brasileiros "invisíveis".

Um modelo de ação começa a sair do papel em Minas. Entrevistadores contratados nas comunidades, ao preço de R\$ 5 por questionário preenchido, foram a campo para identificar problemas. Nos primeiros 44 municípios percorridos, o "porta a porta" encontrou famílias cuja

única renda é o Bolsa Família, quem tem direito e não recebe o benefício e quem teve os pagamentos bloqueados por não cumprir as exigências. O governo mineiro vai complementar a renda das famílias mais pobres em R\$ 50. "Mas isso não vai resolver todas as privações", disse Marcelo Garcia, assessor do governo de Minas para assuntos sociais.

A União quer que Estados complementem valores pagos pelo Bolsa Família. O valor pago pelo programa é insuficiente para tirar 40% de seus beneficiários da situação da extrema pobreza. São considerados miseráveis as famílias com renda de até R\$ 70 por pessoa.

Com o reajuste dos benefícios concedido em março, a expectativa era que 500 mil famílias do programa superassem a extrema pobreza. Mas ainda restariam quase 5 milhões de famílias nessa situação.